



**CONTRATO Nº 025/2023.
 PREGAO PRESENCIAL SRP Nº 004/2023.
 PROCESSO ADMINISTRATIVOS Nº 013/2023.
 VIGÊNCIA: 07/03/2023 A 07/03/2024**

O MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à **Avenida Araguaia nº 248, Centro, São Félix do Araguaia – MT**, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº **03.918.869/0001-08**, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal. **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, casada, residente nesta cidade, portadora do CPF n.º 049.351.084-28 e da Carteira de Identidade n.º **53.204.353-4 SSP/SP**, e de outro lado a empresa **JACINTO PEREIRA DA LUZ – ME. CNPJ: 35.598.124/0001-03.**

Rua 01, s/n, Núcleo Embrião – Vila Santo Antônio. **CEP: 78.670-000 – São Félix do Araguaia – MT. E-MAIL: r.s.assessoriacontabilidade@gmail.com.** Doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Manuel Messias Vieira da Silva, ocupando o cargo de Proprietário, naturalidade, estado civil, RG nº 752.677 SSP/MT e CPF nº 495.924.401-15, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações, e ainda de conformidade com a documentação constante no **Processo nº 013/2023**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS DO TIPO SELF SERVICE, BUFFET, MARMITAS, COFFEE BREAK, REFRIGERANTES E ÁGUA MINERAL; FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital, conforme abaixo:

Item	Descrição do Item Proponente / Fornecedor	Unidade Classificação	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
10	BISCOITO DE POLVILHO TIPO PALITO BISCOITO DE POLVILHO TIPO PALITO JACINTO PEREIRA DA LUZ 42408415187	KG Vencedor	3.150	30,00	94.500,00
11	BOLOS DE VARIOS SABORES REFEICAO PREPARADA - DO TIPO BOLO SIMPLES DIVERSOS SABORES JACINTO PEREIRA DA LUZ 42408415187	KG Vencedor	2.750	48,50	133.375,00
12	ENROLADINHO DE QUEIJO ENROLADINHO DE QUEIJO JACINTO PEREIRA DA LUZ 42408415187	KG Vencedor	4.100	32,00	131.200,00
13	ENROLADINHO DE SALSICHA ENROLADINHO DE SALSICHA JACINTO PEREIRA DA LUZ 42408415187	KG Vencedor	3.930	29,60	116.328,00



14 PAO FRANCES	KG	6.600		
PAO FRANCES				
JACINTO PEREIRA DA LUZ 42408415187	Vencedor		20,00	132.000,00
15 PAO PARA CACHORRO QUENTE	KG	4.300		
PAO PARA CACHORRO QUENTE				
JACINTO PEREIRA DA LUZ 42408415187	Vencedor		20,60	88.580,00
16 PAO DE QUEIJO	KG	4.350		
PAO DE QUEIJO				
JACINTO PEREIRA DA LUZ 42408415187	Vencedor		37,80	164.430,00
17 ROSCA DOCE ASSADA	KG	4.050		
ROSCA DOCE ASSADA				
JACINTO PEREIRA DA LUZ 42408415187	Vencedor		21,00	85.050,00
18 SUCO DE FRUTAS NATURAL - SUCO NATURAL	UN	1.300		
SABORES VARIADOS COPO COM 300 ML				
SUCO DE FRUTAS NATURAL - SUCO NATURAL				
SABORES VARIADOS COPO COM 300 ML				
JACINTO PEREIRA DA LUZ 42408415187	Vencedor		12,95	16.835,00

Total Geral

962.298,00

1.2 - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei nº. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações na modalidade de **Pregão Presencial nº. 004/2023**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA

3.1 – A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do objeto contratado.

3.2 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.3 - O fornecimento dos objetos ora contratados será acompanhado e fiscalizado pelo Secretário de Administração deste município, com atribuições específicas bem como representante designado da Contratada;

3.4 - A fiscalização exercida no fornecimento dos produtos e na prestação dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.



3.5 - Em caso de necessidade, o quantitativo estipulado poderá ser alterado de acordo com a normativa vigente e as necessidades verificadas pelo CONTRATANTE.

3.6 - O CONTRATANTE, através das áreas gestoras, estabelecerá os serviços a serem executados pelos profissionais e o supervisor da CONTRATADA, acompanhará o desempenho.

3.7 - Os fornecimentos deverão estar de acordo com a qualidade, quantidade e periodicidade especificada no **Termo de Referência – Anexo I** do Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.8 – Os produtos/materiais deverão ser entregues de imediato conforme requisição, podendo caso necessário e mediante justificativa ser prorrogado;

3.8.1 – Todas as despesas para a entrega ficarão por conta a empresa vencedora do certame, devendo ser entregue na sede do município de São Félix do Araguaia -MT, no local a ser definido pela Secretaria Municipal de Administração, ficando por conta da empresa inclusive a responsabilidade da empresa pelo frete e descarregamento.

3.9 – Os produtos/materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.10 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

- a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

3.11 - O compromisso para a execução do objeto só estará caracterizado após o recebimento da **ordem de fornecimento** ou instrumento equivalente e/ou da competente Nota de Empenho, que deverá conter obrigatoriamente: data, número do processo, número da Nota de Empenho, prazo que ficará a disposição da contratante, carimbo e assinatura do responsável;

3.12 - A empresa fica obrigada a atender todas as solicitações de serviço expedidas durante a vigência da Ata de Registro de Preço, dentro da qualidade estabelecida, podendo haver atendimento além da prevista, a critério da administração, mediante prévia justificativa, e com a anuência da empresa contratada, devidamente formalizada no processo;

3.13 - Sabendo que se trata de Registro de Preço não será estipulado quantidades mínimas de produtos/matérias, uma vez que depende da necessidade por parte da administração para que os mesmos sejam executados;

3.14 - De acordo com a legislação o fornecedor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de produtos/materiais empregados.

3.15 - Todas as despesas para o fornecimento do objeto deste processo serão por conta da contratada, tais como, impostos, fretes, transporte, etc.

3.16 – O presente contrato terá sua vigência até 07/03/2024, prorrogáveis por igual período, a contar da data da sua assinatura, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 -O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de **R\$ 962.298,00 (Novecentos e Sessenta e Dois Mil, Duzentos e Noventa e Oito Reais)**, cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.



4.2 - O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias após a entrega e/ou** emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT.

4.3 - O pagamento se dará a contra apresentação da Nota Fiscal discriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal(ais) do Contrato.

4.4 - O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

4.5 - Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.

4.6 - Caso a **CONTRATADA** seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

4.7 - O pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, através da Certidão Negativa de débitos.

CLAUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 -Todas as despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal, para o ano de 2022 e anos seguintes, nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 04 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL;

Unidade: 01 – GABINETE DO PREFEITO;

Proj Atividade: 2.004 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO;

Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

Cod Reduzido: 028;

Órgão: 04 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL;

Unidade: 01 – GABINETE DO PREFEITO;

Proj Atividade: 2.004 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO;

Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO;

Cod Reduzido: 024;

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN, PLANEJ.DE FAZENDA;

Unidade: 01 – COORDENADORIA DE ADM E PLANEJAMENTO;

Proj Atividade: 2.028 – MANUTENCAO E ENCARGOS DA COORD.ADM E PLANEJAMENTO;

Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO;

Cod Reduzido: 107;

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN, PLANEJ.DE FAZENDA;

Unidade: 01 – COORDENADORIA DE ADM E PLANEJAMENTO;

Proj Atividade: 2.028 – MANUTENCAO E ENCARGOS DA COORD.ADM E PLANEJAMENTO;



Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;
Cod Reduzido: 111;

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS;
Unidade: 01 – DEPARTAMENTO ADM DE OBRAS E SERVICOS URBANOS;
Proj Atividade: 2.075 – MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE OBRAS;
Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO;
Cod Reduzido: 129 e 130;

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS;
Unidade: 01 – DEPARTAMENTO ADM DE OBRAS E SERVICOS URBANOS;
Proj Atividade: 2.075 – MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE OBRAS;
Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;
Cod Reduzido: 133;

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE;
Unidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;
Proj Atividade: 2.054 – MANUTENCAO E ENCARGOS C/ O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;
Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO;
Cod Reduzido: 225 e 226;

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE;
Unidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;
Proj Atividade: 2.054 – MANUTENCAO E ENCARGOS C/ O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;
Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;
Cod Reduzido: 230 e 231;

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNIC.DE DESENV.E ACAO SOCIAL;
Unidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;
Proj Atividade: 2.081 – MANUT.E ENC.DO FUNDO MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL;
Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO;
Cod Reduzido: 354 e 355;

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNIC.DE DESENV.E ACAO SOCIAL;
Unidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;
Proj Atividade: 2.081 – MANUT.E ENC.DO FUNDO MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL;
Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;
Cod Reduzido: 359 e 360;

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA;
Unidade: 04 – DEPARTAMENTO DE EDUCACAO;



Proj Atividade: 2.037 – MANUTENCAO E ENCARGOS C/ O DEPARTAMENTO DE EDUCACAO;

Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO;

Cod Reduzido: 509, 510 e 511;

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA;

Unidade: 04 – DEPARTAMENTO DE EDUCACAO;

Proj Atividade: 2.037 – MANUTENCAO E ENCARGOS C/ O DEPARTAMENTO DE EDUCACAO;

Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

Cod Reduzido: 516, 517 e 518;

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE;

Unidade: 03 – DEPARTAMENTO DE TURISMO;

Proj Atividade: 2.072 – MANUT.E ENCARGOS C/ A SECRETARIA DE TURISMO;

Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO;

Cod Reduzido: 596;

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE;

Unidade: 03 – DEPARTAMENTO DE TURISMO;

Proj Atividade: 2.072 – MANUT.E ENCARGOS C/ A SECRETARIA DE TURISMO;

Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

Cod Reduzido: 601;

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER;

Unidade: 01 – GESTAO DO ESPORTE E LAZER;

Proj Atividade: 2.082 – MANUTENCAO E ENCARGOS DA SEC.DE ESPORTES E LAZER;

Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO;

Cod Reduzido: 641;

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER;

Unidade: 01 – GESTAO DO ESPORTE E LAZER;

Proj Atividade: 2.082 – MANUTENCAO E ENCARGOS DA SEC.DE ESPORTES E LAZER;

Rubrica Orçamentaria: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

Cod Reduzido: 644;

CLAUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

- cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;
- arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto do presente contrato;



- c) assumir quaisquer acidentes na execução do objeto do presente contrato;
- d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.
- e) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal competente.
- f) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos produtos e/ou mercadorias fornecidas.
- g) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

- a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.
- b) intervir no fornecimento dos produtos e/ou mercadorias, nos casos e condições previstos em lei.
- c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da Lei e do presente Contrato.
- d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.
- e) fiscalizar a execução da entrega das mercadorias por intermédio da Secretaria Municipal competente.
- f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.
- g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.
- h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.
- i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.
- j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.
- k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

CLAUSULA SETIMA – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.



7.3- As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no “item 7.7.4”, de cuja decisão cabe pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos produtos/materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.



CLAUSULA OITAVA – DOS CASOS DERESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

- a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.
- b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.
- c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições quaisquer dos produtos/materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.
- d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;
- e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações previstas neste Contrato ou dele decorrente;
- f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.
- b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida por um servidor neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que



competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela **CONTRATANTE** à seu exclusivo juízo.

CLAUSULA DECIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

10.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

10.2.1 - O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços que originou este contrato mediante a realização do **PREGAO PRESENCIAL Nº 004/2023, para atender a todas secretarias do município.**

10.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de São Félix do Araguaia-MT, Estado de Mato Grosso.

10.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

10.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **PREGAO PRESENCIAL Nº 004/2023**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

São Félix do Araguaia– MT, 07 de MARÇO de 2023.

JANAILZA TAVEIRA LEITE
Prefeita Municipal
CONTRATANTE

JACINTO PEREIRA DA LUZ – ME
EMPRESA CONTRATADA